

O MOVIMENTO INTEGRALISTA: ENTRE A MEMÓRIA E A MEMÓRIA-HISTÓRICA

Rogério Lustosa Victor*

O quadragésimo aniversário da fundação da Ação Integralista Brasileira pouco mobilizou historiadores e políticos. E aquele ano de 1972, nos chamados anos de chumbo, não representava uma conjuntura desfavorável para balanços, lembrando que o próprio Médici, que ocupava o cargo de presidente naquele ano, havia quando de sua juventude participado do núcleo integralista de Bagé (RS). Não poderíamos dizer que o desejo de atualização do passado tenha sido limitado pela presença do regime militar que, ao contrário, compartilhava com os integralistas uma vasta ideologia política, que ia desde um nacionalismo autoritário até um forte anticomunismo. Trata-se então de uma questão mais ampla, qual seja, o veto à memória integralista.

Diante desta situação, longe de maior empreendimento comemorativo, o quadragésimo aniversário da AIB foi lembrado na Câmara dos Deputados por Plínio Salgado. Em sessão de 10 de outubro de 1972 o deputado da ARENA pronunciou as seguintes palavras:

*Sr. Presidente, Srs. Deputados, este ano de 1972 tem sido um ano de comemorações: a do Sesquicentenário da Independência; o quarto centenário da publicação de Os Lusíadas, de Camões; o cinqüentenário da Semana de Arte Moderna; o quadragésimo aniversário da Revolução Constitucionalista de São Paulo e, agora, o do lançamento do Manifesto de 7 de outubro de 1932, que fundou no Brasil a Ação Integralista Brasileira.*¹

A independência, a publicação de *Os Lusíadas*, a Semana de Arte Moderna ou a Revolução Constitucionalista compõem parte da memória-histórica, um conjunto de

* Rogério Lustosa Victor é mestre em História pela Universidade Federal de Goiás.

representações com razoável presença na memória de todos. Se um ou outro desses fatos não está presente na memória, ao menos, a invocação deles pelo parlamentar não provocou sensação de estranhamento por parte dos ouvintes. O mesmo não diríamos ao se tratar do lançamento do Manifesto de 7 de Outubro, que funda o movimento integralista, como podemos constatar no aparte concedido por Salgado ao deputado Alencar Furtado que, depois de comparar o integralismo ao fascismo, separa, explicitamente, a memória histórica da integralista:

V. Ex.^a comemora os quarenta anos do seu manifesto. Nós, nobre Deputado Plínio Salgado – com o respeito à pessoa e à cultura de V. Ex.^a, contraditando hoje, ontem, e amanhã os pontos de vista radicais de V. Ex.^a, homenageamos hoje também, neste ano de 1972, os pracinhas que tombaram em Pistóia .²

No discurso do deputado Alencar Furtado, percebe-se um mapeamento da diferença: ‘nós’, a nação, homenageando os pracinhas que tombaram na Itália, na luta contra o fascismo; V. Ex.^a, ‘fascista’, V. Ex.^a que tem “pontos de vista radicais”, comemora o que nós não comemoramos, “os quarenta anos do seu manifesto”. O emprego do pronome possessivo ‘seu’, por Furtado, não deixa dúvidas: o manifesto integralista não pertence ao ‘nós’, a nação, mas a V. Ex.^a, com quem ‘nós’ estamos “contraditando hoje, ontem e amanhã”.

O esforço do líder integralista para incluir na memória-histórica elementos da memória integralista não havia começado em 1972. Anos antes esse embate já era constatável. Durante a sessão realizada em 5 de julho de 1959, na Câmara dos Deputados, os parlamentares dedicaram todo o tempo a discursar em homenagem aos revolucionários de 1922, 1924, 1930 e 1932. Todos esses anos datam fatos que se tornaram marcos na história do Brasil, quais sejam, respectivamente: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, as revoluções tenentistas em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a

Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. A memória-histórica ancora-se nestes fatos, que, embora contenham grande grau de externalidade, são fatos capazes de orientar uma temporalidade, pois “pela obra da transubstanciação uma enorme gama de significações pode ser alocada aos episódios de um dia, de um mês, convertidos em fato histórico”³.

Cada uma das homenagens prestadas pelos deputados naquele 5 de julho de 1959 expressava a memória mais compartilhada da nação, a que chamamos de memória-histórica. Os mártires integralistas não estavam entre os homenageados e os marcos integralistas não eram ali lembrados.

Foi então que, diante daqueles discursos, o deputado perrepista Plínio Salgado pediu um aparte. Ele sabia que o esquecimento que recaía sobre o movimento integralista chegara ao limite. No entanto, naquele dia, ao fazer seu aparte, Salgado não nega nem se opõe à memória dominante. Basta observar suas primeiras palavras: “Nobre Deputado, estou ouvindo os oradores falarem sobre os movimentos revolucionários do Brasil numa justa homenagem àqueles que foram pioneiros de reformas sociais das mais importantes (...)”⁴.

Salgado demonstra que, para ele, nem todos os mártires que merecem ser lembrados estão citados nos discursos dos colegas parlamentares. E aí ele menciona os mártires integralistas que, para ele, faltava mencionar:

E, neste momento, não posso deixar de render homenagem aos mártires – e contamos com trinta e tantos deles – que foram assassinados e derramaram seu sangue para a implantação das idéias democráticas e de uma democracia verdadeiramente representativa dos anseios da Nação, à procura, também, como todos os outros movimentos, daquele equilíbrio tão desejado desde a proclamação da República no nosso País (...)”⁵.

Plínio Salgado luta pelo direito à memória e se manifesta como que contestando o esquecimento da nação. Ele luta para que seus marcos, os do integralismo, sejam também, juntamente com os marcos já consagrados, marcos de toda a nação, enfim, luta para se incluir na memória-histórica. A pergunta que se coloca no momento é: conseguiu Salgado tal façanha?

Pensamos que a memória-histórica só existe como forma geral de conceber o passado se esse for amplamente difundido. Então, por que canais uma tal narrativa do passado chega até nós? O livro didático de história neste sentido se apresenta como objeto privilegiado, pois ele “atinge público vastíssimo, constituindo uma das primeiras vias pelas quais a linguagem da história é absorvida por qualquer um”⁶. A história dos livros didáticos alimenta a memória histórica, pois é representação do passado muito difundida.

Assim, cabe-nos agora observar qual é a história (ou memória?) presente nos livros didáticos. Para efeito dessa análise escolhemos como elucidativo o livro *História para o ensino médio: história geral e do Brasil*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, editado em 2003 pela Scipione.

À página 529, ao tratarem da convocação da Assembléia Constituinte, no início dos anos 1930, os referidos autores escreveram: “Getúlio decidiu acelerar o processo de democratização (...)”. Depois, ao se referirem à resistência ao golpe de 10 de novembro de 1937, reiteraram velhos discursos: “Quanto ao crescente operariado urbano, a oposição foi nula: refém do populismo varguista (...) pouco lhe restava senão aceitar passivamente o novo regime (p. 534). Neste discurso daqueles dois autores é inegável o fato de Vargas estar nele presente como um personagem sobre-humano, que decide acelerar o processo de democratização, que manipula as massas com seu populismo etc. O mito de Vargas nele impera, e sob sua sombra, o integralismo, pois o movimento continua não sendo visto senão como irrelevante e como cópia pálida dos extremismos

européus. Tanto assim que, segundo Dorigo e Vicentino (p. 530), “O símbolo que identificava o movimento era o sigma, pálida cópia da suástica nazista, e seus membros saudavam-se com um cumprimento tupi-guarani, ‘*Anauê*’, tentativa de cópia do ‘*Heil*’ alemão”, ou seja, aqueles autores contribuíram para a manutenção do estigma dos camisas-verdes ao retratá-los como um nazismo tupi-guarani. Esse estigma vincula-se à gestão do esquecimento da experiência integralista, até porque o veto ao integralismo emerge do espaço simbólico, no qual o integralismo é igual a fascismo. Dessa forma, a memória política do varguismo, presente nos livros didáticos, foi imposta com seus mitos da nacionalidade, da política trabalhista e do desenvolvimento econômico gerenciado pelo Estado. Dorigo e Vicentino assim expressaram a perpetuação da memória varguista (p. 535): “(...) o principal instrumento de fortalecimento do poder do Estado foi a aproximação de Getúlio Vargas com os trabalhadores urbanos, configurando a prática do populismo”. E, no que concerne à política econômica, escreveram (p. 537): “Durante a Era Vargas, a intervenção do Estado na economia foi fundamental para promover e coordenar o crescimento econômico”.

Num trecho do texto daqueles autores sobre o golpe integralista de 1938, destaca-se tanto a presença sobre-humana de Vargas, pois é ele quem permite a sobrevivência do integralismo, quanto a insignificância do movimento do sigma (p. 534): “O próprio Vargas foi bastante tolerante, permitindo a sobrevivência do grupo (...). Mantidos à margem do governo, tentaram, sem sucesso, assaltar o Palácio Guanabara e derrubar Vargas. Porém, mal organizados, fracassaram”.

A história ensinada nos bancos escolares é, portanto, a história em que Vargas domina a temporalidade. Outros agentes e possibilidades estão excluídos do passado. Pôde-se constatar que no embate entre as memórias a memória integralista não se impôs. Na memória compartilhada da nação, a que chamamos de memória-histórica, observa-se a ausência do integralismo.

Supomos que na disputa pelo poder nos anos 1930 o integralismo, derrotado, perdeu uma segunda e mais decisiva batalha: a da disputa entre as memórias. Os caminhos da memória, estabelecidos durante o Estado Novo, continuaram *a posteriori* sendo trilhados (como pudemos observar na obra didática analisada), e Vargas é o agente histórico decisivo do período. Os integralistas, considerados desimportantes e identificáveis ao fascismo, são banidos do passado. O esforço de Salgado e de outros integralistas se mostrou incapaz de reverter essa situação. Assim, diante do poder da memória-histórica:

O múltiplo é excluído. Desaparecem momentos e agentes. O significado de outros instantes, a cristalizarem-se de outra forma, e o lugar onde propostas e agentes foram efetivamente jogadas perde nitidez. (...) O movimento e luta enquanto pluralidade de possíveis desaparece, substituídos pela mutação de um tempo e por certas práticas a moverem-se conjuntamente para um único lugar. (...) O lugar de luta e o movimento de vencidos não coincidem com os do vencedor. (...) Dada a instituição do fato e o domínio do tempo o uno predomina. Anula inclusive as próprias condições de existência, difusão e vitória do tema que compõe o fato: momentos, sujeitos e propostas divergentes. E estes sugerem outro lugar e não se conformam no mesmo tempo. É na temporalidade do vencedor que estas possibilidades não podem integrar-se⁷.

O discurso simplificado, unitário e intransigente da memória-histórica, que se projeta sobre outras leituras do passado (e numa certa medida, inclusive sobre a leitura historiográfica) impede a percepção do passado na sua substância. Definido o futuro, o integralismo, caricaturizado, perde a dimensão que teve no passado, que teve quando o passado ainda não possuía um futuro certo, apenas futuros possíveis, quando, em suma, não havia o futuro passado.

Por fim, concluiríamos com o levantamento de uma suposição: a de que o tensionamento entre as memórias (memória-histórica e memória integralista) contribuiria

com a produção historiográfica na medida em que o tempo passado poderia ser visto na riqueza das possibilidades no espaço de expectativa, de pluralidade e luta entre os agentes históricos em questão. O historiador, situado em um tempo posterior, lida com o futuro passado. Ao conhecer o desfecho dos embates do passado (por exemplo, dos embates políticos dos anos 1930, quando os integralistas foram derrotados), o historiador corre o risco de não perceber que para os agentes históricos reais tal desfecho era apenas uma das expectativas da disputa, na qual concorria uma pluralidade de possíveis e, assim, “a percepção posterior, vencedora, inibe nuances e possibilidades que ainda estavam lá”⁸. A análise das leituras das memórias integralistas quanto aos anos 1930 forneceriam então elementos de tensão necessária para recobrar do passado a multiplicidade que outrora ele tivera.

¹ SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*; sel. e intr. de Gumercindo Rocha Dorea. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982. (P. 505).

² *Idem*, p. 507-8.

³ VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: HUCITEC, 1997. (P. 26).

⁴ SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*; sel. e intr. de Gumercindo Roche Dorea. Brasília, Câmara dos Deputados, 1982. (P. 455).

⁵ *Idem*, p. 456.

⁶ VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: HUCITEC, 1997. (P. 67).

⁷ VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 21, out./dez. 1986. (P. 6).

⁸ *Idem*, p. 1.